



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Termo de Fomento n.º SETADES/045/2023
Processo Administrativo n.º 2023-CWPH4

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SETADES E A INSTITUICAO DE LONGA PERMANENCIA PARA IDOSOS VILA FELIZ ANTONIO SERGIO DE TASSIS - VILA FELIZ ANTONIO SERGIO DE TASSIS, TENDO POR OBJETO COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA PARA A MANUTENÇÃO E MELHORIA DA OFERTA DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA IDOSOS, ATRAVÉS DO CUSTEIO DE MATERIAIS DE CONSUMO, SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA E PAGAMENTO DE EQUIPE ENCARREGADA, NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO PRESENTE INSTRUMENTO E NO PLANO DE TRABALHO.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SETADES**, inscrita no CNPJ sob nº 03.252.312/0001-80, com sede na Rua Dr. João Carlos de Souza, nº 107, Ed. Green Tower, CEP 29.057-530, Barro Vermelho, Vitória/ES, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, neste ato representada por sua Secretária de Estado, a Sra. **CYNTIA FIGUEIRA GRILLO** portadora da CI nº [REDACTED] órgão expedidor SPTC/ES e inscrita no CPF sob o nº [REDACTED] e a **INSTITUICAO DE LONGA PERMANENCIA PARA IDOSOS VILA FELIZ ANTONIO SERGIO DE TASSIS - VILA FELIZ ANTONIO SERGIO DE TASSIS**, inscrita no CNPJ sob nº 00.534.234/0001-19, com sede à Av. João Venturim Filho, nº 2030, CEP: 29.360-000, Bairro Cava Roxa – Castelo/ES, doravante denominada(o) ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada pelo Sr. **MARCO AURÉLIO RAMIRO**, portador da CI nº [REDACTED] órgão expedidor IFP/ES e inscrito no CPF sob o nº [REDACTED] resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, consoante o processo administrativo nº 2023-CWPH4 e mediante as cláusulas e condições seguintes:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente Termo de Fomento, tem por objeto Cooperação Técnica e Financeira para a manutenção e melhoria da oferta do Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos, através do custeio de materiais de consumo, serviços de terceiros - pessoa jurídica e pagamento de equipe encarregada, conforme detalhado no Plano de Trabalho, Anexo I.

1.1.1 – O Plano de Trabalho, previsto no Anexo I, é parte integrante desse Termo, delimita os objetivos gerais e específicos, bem como define as metas e prevê o cronograma e as diretrizes das ações necessárias à consecução do objeto desse Acordo, conforme estabelecido no artigo 42, parágrafo único da Lei nº 13.019/14.

1.2 – Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 – É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I – delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II – prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 – São obrigações dos Partícipes:

I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL:

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;

e) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

f) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- g) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- h) designar um gestor da parceria e, na hipótese de esse deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- i) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- j) colaborar com as ações e os projetos executados ou viabilizadas pela organização da sociedade civil e, se possível, auxiliar na elaboração das metodologias e da indicação das metas;
- k) apoiar tecnicamente e institucionalmente a OSC para boa execução, expansão e fortalecimento das ações e/ou projetos implementados por meio desta parceria;
- l) apoiar a divulgação das ações e dos projetos implementadas por meio desta parceria;
- m) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II – DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;
- c) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- d) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- e) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- f) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- g) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.
- h) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO de TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 – O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R\$315.003,12 (trezentos e quinze mil três reais e doze centavos).

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá, para execução do Termo de Fomento, recursos no valor de R\$315.000,00 (trezentos e quinze mil reais), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária 20.47.901.08.244.0191.2239, UG 470901, Gestão 47901, conforme discriminação abaixo:

Fonte: 500 ED: 3.3.50.43 - R\$ 315.000,00

3.3 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL se obriga a aplicar na consecução dos fins pactuados por este Termo de Fomento, a título de contrapartida, recursos próprios no importe de R\$3,12 (três reais e doze centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 – É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 – Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá observar na realização de gastos para a execução do objeto do presente termo a proporcionalidade entre os recursos transferidos e os recursos próprios a serem aplicados a título de contrapartida.

4.5 – As receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida, devida pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

4.6 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I – quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II – quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

III – quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.7 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da organização da sociedade civil, para:

I – realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II – finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III – realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV – realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V – realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI – repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

6.1 – O presente Termo de Fomento vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até 31/07/2024, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da organização da sociedade civil, devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, que deverá ser formalizada por Termo Aditivo, sendo, nessa hipótese, dispensada a prévia análise jurídica da Procuradoria Geral do Estado.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO de TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

6.3 – Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a administração pública estadual promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da organização da sociedade civil, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – A administração pública estadual designará um gestor, e respectivo suplente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução desta parceria, na forma do artigo 61 da Lei Federal nº 13.019/2014.

7.2 – Na hipótese de paralisação das atividades, a OSC deverá informar a administração pública estadual, através do(a) gestor (a), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para que possam ser tomadas as devidas providências.

7.3 – O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I – descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II – análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III – valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Fomento;

V – análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.4 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I – retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

7.5 – A execução física do objeto será acompanhada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, por intermédio da Subsecretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SUBADES, observado o disposto no artigo 59 da Lei nº 13.019/2014, ficando, desde já, designados por meio do Resumo do Termo de Fomento os gestores e suplentes que exercerão suas atribuições em conformidade com o artigo 61 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II – notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III – comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV – material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V – relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI – lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

Parágrafo Primeiro. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

Parágrafo Segundo. A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 – A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I – relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II – relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 – A Administração pública estadual considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I – relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

II – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

8.4 – Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I – os resultados já alcançados e seus benefícios;

II – os impactos econômicos ou sociais;

III – o grau de satisfação do público-alvo;

IV – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I – aprovação da prestação de contas;

II – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III – rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

Parágrafo Primeiro. O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

Parágrafo Segundo. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 – A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo Único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I – não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II – nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO de TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 – As prestações de contas serão avaliadas:

I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 – O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 – Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, durante sua vigência, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 – Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Estado, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

9.5 – A atualização do Plano de Trabalho que objetive a adequação do cronograma ou de valores sem a alteração de metas poderá ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento conforme autoriza o art. 57 da Lei nº 13.019/14.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo Único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 – Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 – A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 – Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 – Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO de TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

12.1 – O presente Termo de Fomento poderá ser:

I – denunciado a qualquer tempo, por escrito, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II – rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

12.2 – O presente instrumento será também extinto pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

Parágrafo Primeiro - Durante o período de aviso prévio, os direitos e obrigações das Partes previstos nesse Termo manter-se-ão inalterados, salvo se as Partes ajustarem de outra forma.

Parágrafo Segundo - Findo o prazo do aviso prévio, as Partes serão responsáveis somente pelas obrigações que, em razão da natureza pela qual se revestem, sobrevivam ao término do Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1 – A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela administração pública estadual até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, e ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

14.1 – Qualquer invento, aperfeiçoamento ou inovação tecnológica, obtenção de produto ou processo resultante das ações envolvidas no âmbito do presente Termo de Fomento terá sua exploração econômica regida por instrumento específico, assegurada sua utilização sem ônus.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE E USO DE MARCAS

15.1 – A divulgação dos atos praticados em razão deste instrumento deverá restringir-se a caráter educativo, informativo ou de disseminação de informação e conhecimento, respeitados os direitos autorais.

15.1.1 – Os Partícipes acordam que a utilização de suas respectivas marcas, representadas por seus títulos e logotipos, somente poderá ocorrer com a autorização expressa de seu proprietário.

15.1.2 – Os Partícipes obrigam-se a submeter, previamente e por escrito, à aprovação um do outro, qualquer matéria técnica ou científica decorrente da execução deste instrumento, a ser eventualmente divulgada em publicações, relatórios, conclaves, propagandas, concursos e congêneres.

15.2 – Não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral de eventual publicidade de quaisquer atos executados em função deste Termo de Fomento ou que com ele tenham relação

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÕES

16.1 – Durante o desenvolvimento do projeto, as partes se obrigam a manter sob o sigilo os dados e informações referentes às ações consideradas e definidas como confidenciais, não podendo de qualquer forma, direta ou indiretamente, dar conhecimento, a terceiros não autorizados, das informações confidenciais trocadas entre os acordantes ou por eles geradas na vigência do presente termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1 – As Partes reconhecem que, para a execução do Termo, será necessário o tratamento de dados pessoais, e se comprometem a cumprir as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“LGPD”), conforme periodicamente alterada, bem como das demais leis e regulamentos relacionados à proteção de dados pessoais e privacidade que possam ser aplicados a qualquer tratamento de Dados Pessoais no âmbito do Termo (“Legislação de Proteção de Dados Aplicável”).

17.2 – As Partes se comprometem a somente utilizar as informações e dados pessoais compartilhados para a realização das atividades decorrentes do objeto do presente Termo.

17.3 – As Partes se comprometem a manter registros de todas e quaisquer atividades relacionadas aos dados pessoais compartilhados ou obtidos em decorrência do Termo, fornecendo tais registros sempre que solicitados, de forma justificada.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

17.4 – As Partes adotarão todas as medidas técnicas de segurança razoáveis, de acordo com o padrão de mercado e a legislação brasileira, para resguardar os dados pessoais tratados em decorrência do presente Termo, mantendo a outra parte indene de quaisquer danos ou prejuízos decorrentes de qualquer tratamento de dados realizado em desacordo com esse Termo e/ou a Legislação de Proteção de Dados Aplicável.

Parágrafo Único. Para os fins desta Cláusula, consideram-se dados pessoais toda e qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável, conforme definido na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 – Fica eleito o foro do Juízo de Vitória – Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir dúvidas decorrentes do presente instrumento, que não puderem ser resolvidas administrativamente.

18.2 – Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, deverão os partícipes buscar solução administrativa, com a participação da Procuradoria Geral do Estado, por meio da Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos do Espírito Santo CPRACES, criada pela Lei Complementar nº 1.011/2022.

Vitória/ES, ___ de _____ de 2023.

CYNTIA FIGUEIRA GRILLO

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

MARCO AURÉLIO RAMIRO

Presidente da INSTITUICAO DE LONGA PERMANENCIA PARA IDOSOS VILA FELIZ
ANTONIO SERGIO DE TASSIS - VILA FELIZ ANTONIO SERGIO DE TASSIS

ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

MARCO AURÉLIO RAMIRO
CIDADÃO

assinado em 21/07/2023 09:40:31 -03:00

CYNTIA FIGUEIRA GRILLO
SECRETARIO DE ESTADO
SETADES - SETADES - GOVES

assinado em 21/07/2023 10:02:42 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 21/07/2023 10:02:43 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por THIAGO MENDES DOS SANTOS (GERENTE QCE-03 - GGCONV - SETADES - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2023-6SZ3GH>



**INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI)
VILA FELIZ "ANTONIO SERGIO DE TASSIS"**

Fundada em: 13.09.1964. **Utilidade Pública:** Municipal - Lei 448, de 30.12.1966. Estadual - Lei 7.837, de 06.08.2004. Federal - Decreto 72.453, de 11.07.1973. **Registro no CNAS:** Resolução nº 117, de 20/10/2005, **Registro no CMAS:** nº 006/99, **CNPJ-MF** nº 00.534.234/0001-19 - **Inscrição Municipal:** nº 00.016

PLANO DE TRABALHO

(Artigo 22 da Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015)

1. DADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nome Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social		CNPJ 03.252.312/0001-80
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) Rua Dr. João Carlos de Souza nº 107, Ed. Green Tower		
Bairro Barro Vermelho	Cidade Vitória	CEP 29.057-530
E-mail da Instituição convenios@setades.es.gov.br		Sítio eletrônico https://setades.es.gov.br/
Telefone 1 (27) 3636-6810	Telefone 2 (27) 3636-6833	Telefone 3 27) 3636-6806

2. DADOS GERAIS DA PROPONENTE

Nome: Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) Vila Feliz Antonio Sergio de Tassis		CNPJ: 00.534.234/0001-19
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) Avenida João Venturim Filho, 2.030, Cava Roxa		
Bairro: Cava Roxa	Cidade: Castelo/ES	CEP: 29360-000
E-mail da Instituição: asilov@asilovilafeliz.com.br		Home Page www.asilovilafeliz.com.br
Telefone 1 (28) 3542-1679	Telefone 2 (28) 98814-0592	Telefone 3 ()

3. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA PROPONENTE

Nome: Marco Aurélio Ramiro		CPF: [REDACTED]	
Nº RG: [REDACTED]	Órgão Expedidor: SPTC/Es	Cargo: Presidente	Função: Dirigir e supervisionar todas as atividades da ILPI Vila Feliz "Antonio Sergio de Tassis"
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.): R. [REDACTED]			
Bairro: [REDACTED]	Cidade: [REDACTED]	CEP: [REDACTED]	
Telefone 1: [REDACTED]	Telefone 2: [REDACTED]	Telefone 3: ()	

4. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO

Nome: Lilian Garcia Ramos		
Área de Formação: Serviço Social		Nº do Registro no Conselho Profissional [REDACTED]
Bairro [REDACTED]	Cidade [REDACTED]	CEP [REDACTED]
E-mail do Técnico: [REDACTED]		
Telefone do Técnico 1: [REDACTED]		Telefone do Técnico 2: [REDACTED]



**INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI)
VILA FELIZ “ANTONIO SERGIO DE TASSIS”**

Fundada em: 13.09.1964. **Utilidade Pública:** Municipal - Lei 448, de 30.12.1966. Estadual - Lei 7.837, de 06.08.2004. Federal - Decreto 72.453, de 11.07.1973. **Registro no CNAS:** Resolução nº 117, de 20/10/2005, **Registro no CMAS:** nº 006/99, **CNPJ-MF** nº 00.534.234/0001-19 - **Inscrição Municipal:** nº 00.016

5 – DESCRIÇÃO DA REALIDADE

5.1 Breve histórico e finalidade da OSC

Diante da necessidade de ações voltadas para a população idosa no município de Castelo, foi criado em 13 de setembro de 1964, o “Asilo dos Velhos Desamparados de Castelo”. A Instituição que atualmente recebe o nome de Instituição de Longa Permanência para Idosos Vila Feliz “Antonio Sergio de Tassis”, é uma Instituição beneficente, de caráter assistencial, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado e de iniciativa da sociedade civil.

A Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) Vila Feliz “Antonio Sergio de Tassis” tem como objetivo central a promoção de ações, voltadas ao acolhimento institucional de idosos preferencialmente do município, contribuindo para melhoria de sua qualidade de vida. Para tanto, visa-se oferecer condições físicas, técnicas, operacionais, higiênico- sanitárias, de organização, de acessibilidade, de convivência, integração com a comunidade e de reconstrução dos vínculos familiares, incentivando sempre o desenvolvimento do protagonismo e de capacidades para a realização de atividades da vida diária.

Dentre outras ações voltadas à consecução de seus objetivos, apresenta:

- I.** Atender idosos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, prestando atendimento de acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Estatuto do Idoso e Política Nacional de Assistência Social – PNAS;
- II.** Oferecer vaga de acolhimento para pessoa idosa com necessidade de atenção e apoio no desempenho das atividades da sua vida diária;
- III.** Garantir a segurança alimentar e nutricional dos idosos assistidos, oferecer alimentação adequada durante o período de atendimento;
- IV.** Quando necessário prestar orientação aos assistidos sobre os direitos sociais;
- V.** Mobilizar a família para a importância do papel do idoso no núcleo familiar;
- VI.** Participar da articulação da rede socioassistencial para dar promoção a qualidade ao idoso;
- VII.** Mobilizar recursos do poder público e da sociedade civil em âmbito municipal, estadual, federal e internacional para atendimento à finalidade da instituição;
- VIII.** Buscar a valorização do trabalho da instituição pelo poder público e pela sociedade civil, com o reconhecimento da sua importância;
- IX.** Sensibilizar a comunidade castelense para a importância à atenção integral ao idoso e divulgar, no âmbito municipal, o Estatuto do Idoso.



INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI) VILA FELIZ “ANTONIO SERGIO DE TASSIS”

Fundada em: 13.09.1964. **Utilidade Pública:** Municipal - Lei 448, de 30.12.1966. Estadual - Lei 7.837, de 06.08.2004. Federal - Decreto 72.453, de 11.07.1973. **Registro no CNAS:** Resolução nº 117, de 20/10/2005, **Registro no CMAS:** nº 006/99, **CNPJ-MF** nº 00.534.234/0001-19 - **Inscrição Municipal:** nº 00.016

5.2 Principais ações na área da assistência social

As principais ações realizadas estão em consonância com o trabalho essencial para a oferta do serviço descrito na Tipificação Nacional do Serviços Socioassistenciais, sendo: Acolhida/Recepção; escuta; desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social; estudo Social; apoio à família na sua função protetiva; cuidados pessoais; orientação e encaminhamentos sobre/para a rede de serviços locais com resolutividade; construção de plano individual e/ou familiar de atendimento; orientação sociofamiliar; protocolos; acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados; referência e contrarreferência; elaboração de relatórios e/ou prontuários; trabalho interdisciplinar; diagnóstico socioeconômico; Informação, comunicação e defesa de direitos; orientação para acesso a documentação pessoal; atividades de convívio e de organização da vida cotidiana; inserção em projetos/programas de capacitação e preparação para o trabalho; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; mobilização, identificação da família extensa ou ampliada; mobilização para o exercício da cidadania; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais e de defesa de direitos; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; monitoramento e avaliação do serviço; organização de banco de dados e informações sobre o serviço, sobre organizações governamentais e não governamentais e sobre o Sistema de Garantia de Direitos.

5.3 Caracterização do serviço socioassistencial

A Vila Feliz é uma instituição de Atendimento, em consonância com a Resolução nº 16, de 05/05/2010, que *“Define os Parâmetros Nacionais para a inscrição das entidades e organizações de Assistência Social”*, e integra a rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade do município de Castelo, oferecendo Serviço de Acolhimento Institucional para a Pessoa Idosa, conforme Resolução nº 109, 11/11/2009, *“Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais”*. A ILPI Vila Feliz oferece o Serviço de Acolhimento na modalidade de:



**INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI)
VILA FELIZ “ANTONIO SERGIO DE TASSIS”**

Fundada em: 13.09.1964. **Utilidade Pública:** Municipal - Lei 448, de 30.12.1966. Estadual - Lei 7.837, de 06.08.2004. Federal - Decreto 72.453, de 11.07.1973. **Registro no CNAS:** Resolução nº 117, de 20/10/2005, **Registro no CMAS:** nº 006/99, **CNPJ-MF** nº 00.534.234/0001-19 - **Inscrição Municipal:** nº 00.016

Atendimento em unidade institucional com característica domiciliar que acolhe idosos com diferentes necessidades e graus de dependência. Deve assegurar a convivência com familiares, amigos e pessoas de referência de forma contínua, bem como o acesso às atividades culturais, educativas, lúdicas e de lazer na comunidade. A capacidade de atendimento das unidades deve seguir as normas da Vigilância Sanitária, devendo ser assegurado o atendimento de qualidade, personalizado, com até quatro idosos por quarto (Tipificação, p. 33, 2009).

Em acordo com o Estatuto do Idoso e a *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais* (Resolução nº 109, 11/11/2009) preza-se pelo trabalho que favoreça “o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local” (p.31). Diante disto a ILPI Vila Feliz zela pela:

- Integração dos idosos com a comunidade em geral;
- Saídas dos idosos com seus familiares, propondo o fortalecimento e estreitamento dos vínculos;
- Visitas aos grupos de convivência para a terceira idade;
- Recebimento de visitas de escolas, grupos de convivência, grupos religiosos e outros;
- Participação em atividades externas no qual os idosos são convidados;
- Participação em atividades promovidas pela comunidade como Corpus Christi, Semana do Idoso, Dia dos Avós, festividades da Semana Santa, aniversário da cidade, Carnaval, Páscoa, Natal;
- Passeios externos visando a cultura e lazer;
- Participação em datas festivas, no sentido de preservar ou resgatar a memória do idoso;
- Participação em atividades desenvolvidas pela rede socioassistencial do município;
- Participação em missas, cultos e celebrações religiosas, de acordo com a crença de cada um;

5.4 - Perfil do público beneficiário da entidade (como: faixa etária, renda, escolaridade, condição de moradia)



**INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI)
VILA FELIZ “ANTONIO SERGIO DE TASSIS”**

Fundada em: 13.09.1964. **Utilidade Pública:** Municipal - Lei 448, de 30.12.1966. Estadual - Lei 7.837, de 06.08.2004. Federal - Decreto 72.453, de 11.07.1973. **Registro no CNAS:** Resolução nº 117, de 20/10/2005, **Registro no CMAS:** nº 006/99, **CNPJ-MF** nº 00.534.234/0001-19 - **Inscrição Municipal:** nº 00.016

Pessoas com idade igual e/ou superior a 60 anos, de ambos os sexos, independentes ou com graus de dependência I e II, com necessidade de atenção e apoio no desempenho das atividades da sua vida diária. Os acolhimentos realizados a partir do pedido da pessoa idosa ou de seu responsável/curador se regerá pelas normas legais vigentes, especialmente o Estatuto da Pessoa Idosa.

A Instituição também recebe idosos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, prestando atendimento de acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Estatuto do Idoso e Política Nacional de Assistência Social – PNAS, a partir de contratação do serviço de acolhimento por órgão municipal de assistência social. Nestes casos, o ingresso/admissão na ILPI será realizada através de termo de colaboração com Órgãos Públicos de acordo com a Lei 13.019/2014, e através de demanda espontânea para preenchimento de vagas remanescente, visando sustentabilidade da Instituição.

5.5 Capacidade de Atendimento

A Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) Vila Feliz “Antonio Sérgio de Tassis” possui capacidade física de acolhimento de até 40 (quarenta) residentes, com graus de dependência I e II.

Para transparência e planejamento da rede socioassistencial, será disponibilizada no máximo 70% de sua capacidade de acolhimento para o contratante.

5.6 Metodologia de trabalho (como são realizados os projetos/atividades)

O ingresso/admissão do idoso na ILPI é realizado via participação de chamamento Público e demanda espontânea na área de atuação da Instituição.

Periodicamente são realizadas reuniões com a equipe técnica onde são feitos estudos de caso, com o objetivo de esmiuçar a situação singular de cada idoso. Neste momento também, são avaliadas as ações executadas na Instituição visualizando a totalidade, focando os resultados gerais alcançados pelos idosos. Cada profissional, levando em consideração sua área de atuação, ressalta, em conjunto, os aspectos gerais de evolução



**INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI)
VILA FELIZ “ANTONIO SERGIO DE TASSIS”**

Fundada em: 13.09.1964. **Utilidade Pública:** Municipal - Lei 448, de 30.12.1966. Estadual - Lei 7.837, de 06.08.2004. Federal - Decreto 72.453, de 11.07.1973. **Registro no CNAS:** Resolução nº 117, de 20/10/2005, **Registro no CMAS:** nº 006/99, **CNPJ-MF** nº 00.534.234/0001-19 - **Inscrição Municipal:** nº 00.016

do residente. Com isso, ampliam-se os olhares sobre a situação do processo de envelhecimento e para o coletivo, não desconsiderando os diferentes saberes.

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH SUAS, Brasília, DF: MDS, 2011) prevê como equipe mínima de referência: *Coordenador, Cuidadores, Assistente Social, Psicólogo, Profissional para desenvolvimento de atividades socioculturais, Profissional de limpeza, Profissional de alimentação, Profissional de lavanderia* (NOB RH SUAS, 2011).

A Instituição oferece diariamente uma diversidade de serviços socioassistenciais que são de caráter continuado e atendem o número total de idosos acolhidos. Os serviços abrangem:

5.7 Acompanhamento social:

- **Descrição:** O Serviço Social busca ser o elo entre o idoso e sua família e entre a instituição e a comunidade da qual faz parte, além de buscar garantir os direitos sociais dos idosos acolhidos por meio de diferentes instrumentos de intervenção, como o atendimento e entrevista social, contato com familiares, auxílio nas atividades, entre outros.
- **Objetivo:** O Serviço Social visa constantemente à restituição dos vínculos familiares e a integração do idoso na comunidade. Propõe também, garantir que o direito do idoso seja assegurado diante das situações de violação dos direitos que podem ocorrer.
- **Público Alvo:** todos os idosos acolhidos na Instituição.

5.8 Acompanhamento psicológico:

- **Descrição:** Atua compreendendo o idoso como sujeito de direitos e membro ativo da sociedade através de um olhar integral, o reconhecendo como sujeito biopsicosociocultural e espiritual, detentor de uma identidade e uma história que merecem respeito, acolhimento e reconhecimento sem distinções ou discriminações de qualquer origem. Visa ainda trabalhar com vistas ao resgate de vínculos familiares e a inclusão social nas esferas cívicas e políticas, respeitando a diversidade cultural, étnica e religiosa de cada um, contribuindo para a despatologização dos aspectos do



**INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI)
VILA FELIZ “ANTONIO SERGIO DE TASSIS”**

Fundada em: 13.09.1964. **Utilidade Pública:** Municipal - Lei 448, de 30.12.1966. Estadual - Lei 7.837, de 06.08.2004. Federal - Decreto 72.453, de 11.07.1973. **Registro no CNAS:** Resolução nº 117, de 20/10/2005, **Registro no CMAS:** nº 006/99, **CNPJ-MF** nº 00.534.234/0001-19 - **Inscrição Municipal:** nº 00.016

envelhecimento e buscando a adaptação em detrimento da exclusão.

- **Objetivo:** Promover a garantia de direitos e respeito ao idoso, assim como a restituição e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, buscando a certificação da qualidade de vida e a manutenção/promoção dos aspectos que incidem sobre sua saúde física e mental. Atua ainda a nível social promovendo a inserção do idoso nas diversas esferas sociais, assegurando-lhe a integridade, autonomia, dignidade e respeito a sua identidade e subjetividade.
- **Público Alvo:** todos os idosos acolhidos na Instituição.

5.9 Cuidados e assistência com a saúde:

- **Descrição:** Aborda a prática de cuidados básicos, levando em conta quando há necessidade de cuidados de saúde mais específicos, procura-se assistência de saúde via SUS (unidade básica de saúde, hospital municipal). A forma de atendimento é individualizada, considerando todos os aspectos do envelhecimento e respeitando as características de cada idoso.
- **Objetivo:** Proporcionar juntamente com toda equipe, uma melhoria da qualidade de vida do idoso, em diferentes aspectos.
- **Público Alvo:** idosos acolhidos na Instituição;

5.10 Projeto socializando:

- **Descrição:** As atividades são desenvolvidas em locais da comunidade ou na própria Instituição, onde os idosos são oportunizados a participar de diferentes atividades e espaços durante todo o ano. É importante ressaltar que alguns idosos são acamados e devido a isso não tem condições de participar das atividades externas, porém nas atividades internas são participativos.
- **Objetivo:** Oportunizar a participação do idoso institucionalizado nos diferentes espaços da comunidade em que vive, visando à integração dos idosos com toda a sociedade, com a família e com os visitantes quando realizadas atividades na sede da instituição.
- **Público Alvo:** idosos acolhidos na Instituição



**INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI)
VILA FELIZ “ANTONIO SERGIO DE TASSIS”**

Fundada em: 13.09.1964. **Utilidade Pública:** Municipal - Lei 448, de 30.12.1966. Estadual - Lei 7.837, de 06.08.2004. Federal - Decreto 72.453, de 11.07.1973. **Registro no CNAS:** Resolução nº 117, de 20/10/2005, **Registro no CMAS:** nº 006/99, **CNPJ-MF** nº 00.534.234/0001-19 - **Inscrição Municipal:** nº 00.016

5.11 Oficina Lúdica

- **Descrição:** Esta oficina será realizada semanalmente, levando em consideração o grau de dependência dos idosos, tendo dois grupos: um que engloba os idosos dependentes e semi-dependentes e o outro, os independentes. As atividades serão realizadas pela equipe técnica com auxílio da equipe de técnicos de enfermagem e cuidadores da Instituição.
- **Objetivo:** Proporcionar aos idosos acolhidos ações que reduzam o tempo de ociosidade durante a semana. A atividade tem, portanto, o intuito de estimular as habilidades psicomotoras, o resgate da memória, o desenvolvimento da audição, o aumento do equilíbrio e do reflexo, através de atividades lúdicas, de atividades manuais, de recortes; da confecção de material para datas comemorativas; oficina de sentidos; trabalho com música e dança; entre outras.
- **Público alvo:** todos os idosos acolhidos na Instituição: idosos acolhidos na instituição e grupos religiosos (Grupo de Oração, Pastores Evangélicos e Cursilho).

5.12 Família na Vila:

- **Descrição:** Este projeto constituirá no estímulo à participação dos familiares dos idosos nas atividades realizadas na instituição pelos residentes, bem como a participação nas datas festivas como aniversários, Natal, Dia das Mães e Pais, Páscoa, Semana Santa, Carnaval, entre outros.
- **Objetivo:** Promover a participação e aproximação das famílias no cotidiano do idoso, proporcionando o estreitamento dos laços afetivos e fortalecimento dos vínculos familiares.
- **Público alvo:** família dos idosos acolhidos.

5.13 Momentos de fé:

- **Descrição:** Incentivo à participação dos idosos nas celebrações religiosas em espaços da comunidade (missas e cultos) e na própria instituição (visitas de grupos de oração e cursilho todos os meses), assegurando respeito à sua crença



**INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI)
VILA FELIZ “ANTONIO SERGIO DE TASSIS”**

Fundada em: 13.09.1964. **Utilidade Pública:** Municipal - Lei 448, de 30.12.1966. Estadual - Lei 7.837, de 06.08.2004. Federal - Decreto 72.453, de 11.07.1973. **Registro no CNAS:** Resolução nº 117, de 20/10/2005, **Registro no CMAS:** nº 006/99, **CNPJ-MF** nº 00.534.234/0001-19 - **Inscrição Municipal:** nº 00.016

religiosa individual.

- **Objetivo:** Estimular a prática religiosa dos residentes, de acordo com valores e crenças individuais, além de viabilizar a participação de grupos religiosos na ILPI com visitas mensais para realização de celebrações, momentos de orações, confissão, entre outras.
- **Público alvo:** idosos acolhidos na instituição e grupos religiosos (Grupo de Oração, Pastores Evangélicos e Cursilho).

5.14 Oficina de culinária:

- **Descrição:** Realização de oficinas de culinária, na qual as próprias residentes produzem biscoitos caseiros, massas, doces, entre outros. Ao final de cada oficina há confraternização entre as idosas com bate papo informal e degustação das receitas elaboradas. A oficina tem frequência mensal e conta com orientação da equipe.
- **Objetivo:** Criar um espaço divertido e dinâmico de interação social entre as residentes, fortalecendo os vínculos afetivos entre elas. Proporcionar um resgate da memória pessoal e/ou familiar na elaboração de receitas de sua juventude ou vida adulta. Promover o envelhecimento ativo proporcionando uma atividade que leve as idosas a manter sua funcionalidade e autonomia física e mental.
- **Público alvo:** 15 idosas acolhidas.

5.15 Comemorações:

- **Descrição:** São realizadas comemorações de datas festivas e aniversários dos residentes do mês. A comemoração dos aniversariantes é realizada na última quinta-feira de cada mês. As datas festivas abrangem Carnaval, Natal, Dia do Idoso, Páscoa, Semana Santa, entre outros. A realização das comemorações envolve a equipe técnica, com o auxílio da equipe de técnicos de enfermagem e cuidadores da Instituição.
- **Objetivo:** Favorecer a integração entre os residentes, além de comemorar o nascimento de cada um deles e as datas festivas, sempre convidando familiares para participarem destes momentos.



**INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI)
VILA FELIZ “ANTONIO SERGIO DE TASSIS”**

Fundada em: 13.09.1964. **Utilidade Pública:** Municipal - Lei 448, de 30.12.1966. Estadual - Lei 7.837, de 06.08.2004. Federal - Decreto 72.453, de 11.07.1973. **Registro no CNAS:** Resolução nº 117, de 20/10/2005, **Registro no CMAS:** nº 006/99, **CNPJ-MF** nº 00.534.234/0001-19 - **Inscrição Municipal:** nº 00.016

- **Público alvo:** todos os idosos da Instituição.

5.16 Divulgação do trabalho realizado na ILPI Vila Feliz:

- **Descrição:** A divulgação do trabalho realizado na Vila feliz é feita por meio de página na rede social (Instagram), na qual são publicadas diversas atividades desenvolvidas com os residentes, como por exemplo, atividades lúdicas, visitas, além de publicações referentes a sorteios e “Ações entre Amigos” feitas pela Instituição, entre outras. Essa ação é feita pela assistente social.
- **Objetivo:** Divulgar para tornar público o trabalho realizado na ILPI.
- **Público alvo:** diretoria, funcionários e sociedade castelense.

A Instituição participa de eventos e atividades vinculadas a programas e equipamentos de proteção social, tais como Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e demais instituições/grupos que ofertam serviços socioassistenciais voltadas aos usuários da terceira idade.

Além das atividades já mencionadas, a Instituição participa de projetos, programas e ações cívicas e políticas na área da Assistência Social.



**INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI)
VILA FELIZ “ANTONIO SERGIO DE TASSIS”**

Fundada em: 13.09.1964. **Utilidade Pública:** Municipal - Lei 448, de 30.12.1966. Estadual - Lei 7.837, de 06.08.2004. Federal - Decreto 72.453, de 11.07.1973. **Registro no CNAS:** Resolução nº 117, de 20/10/2005, **Registro no CMAS:** nº 006/99, **CNPJ-MF** nº 00.534.234/0001-19 - **Inscrição Municipal:** nº 00.016

6 - SÍNTESE DA PROPOSTA

6.1 Objeto

- Cooperação Técnica e Financeira para a manutenção e melhoria da oferta do Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos, através do custeio de materiais de consumo, serviços de terceiros - pessoa jurídica e pagamento de equipe encarregada.

6.2 Objetivo Geral da Proposta

- Melhorar a oferta do Serviço de Acolhimento Institucional para idosos executado pela entidade, prezando pela qualidade de vida e proteção integral do idosos institucionalizado.

6.3 Objetivos Específicos da Proposta

- Promover adequado funcionamento da rotina institucional de acordo com as legislações pertinentes;
- Proporcionar maior qualidade de vida e garantia de direitos dos idosos na atenção aos cuidados diversos e diários;
- Garantir condições estruturais de funcionamento com vistas à qualidade de vida, segurança e bem estar dos idosos;
- Oferecer alimentação adequada e com qualidade nutricional;
- Proporcionar um ambiente físico adequado para os residentes por meio da aquisição de materiais de consumo: material de limpeza, gêneros alimentícios (Leite), combustível, pagamento da equipe de referência.

6.4 Público Beneficiário da proposta

Residentes acolhidos na Instituição.



**INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI)
VILA FELIZ “ANTONIO SERGIO DE TASSIS”**

Fundada em: 13.09.1964. **Utilidade Pública:** Municipal - Lei 448, de 30.12.1966. Estadual - Lei 7.837, de 06.08.2004. Federal - Decreto 72.453, de 11.07.1973. **Registro no CNAS:** Resolução nº 117, de 20/10/2005, **Registro no CMAS:** nº 006/99, **CNPJ-MF** nº 00.534.234/0001-19 - **Inscrição Municipal:** nº 00.016

6.5 Justificativa

A Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) Vila Feliz “Antonio Sergio de Tassis”, que oferece o Serviço de Acolhimento Institucional, integra a Rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Tem como objetivo a promoção da qualidade de vida e o direito à cidadania dos idosos que se encontram em situações de abandono, sem vínculos familiares ou impossibilitados de conviver com suas famílias e o acolhimento para pessoa idosa com necessidade de atenção e apoio no desempenho das atividades da sua vida diária;

Para tanto, visa-se oferecer condições físicas, técnicas, operacionais, higiênico-sanitárias, de organização, de acessibilidade, de convivência, integração com a comunidade e de reconstrução dos vínculos familiares, incentivando sempre o desenvolvimento do protagonismo e de capacidades para a realização de atividades da vida diária.

A ILPI Vila Feliz tem realizado um trabalho relevante, que é referência no município de Castelo para os idosos institucionalizados, em busca de proteção social especializada e qualidade de vida, possuindo recursos humanos treinados para atenderem ao público alvo. Além disso, para oferta dos serviços e desenvolvimento das atividades e ações, está inscrita no Cadastro Nacional de Entidades Socioassistenciais (CNEAS) e no Conselho Municipal de Assistência Social, principal órgão consultivo, deliberativo e fiscalizador da Política de assistência social no município.

Estas, sem dúvida, impactam diretamente na vida dos idosos acolhidos e visam garantir a melhoria da dignidade e da qualidade do atendimento para cada um dos residentes em diferentes aspectos da vida social, econômica, familiar/comunitária e institucional, como na reconstrução dos vínculos familiares e no estabelecimento de uma rotina diária que valorize o cuidado, a independência do idoso e seu protagonismo.

Para que o atendimento ao idoso institucionalizado seja mantido, a Instituição necessita do apoio financeiro proveniente de diferentes naturezas, além de realizar um trabalho de mobilização para captação de recursos por meio do poder público e da sociedade civil em



**INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI)
VILA FELIZ “ANTONIO SERGIO DE TASSIS”**

Fundada em: 13.09.1964. **Utilidade Pública:** Municipal - Lei 448, de 30.12.1966. Estadual - Lei 7.837, de 06.08.2004. Federal - Decreto 72.453, de 11.07.1973. **Registro no CNAS:** Resolução nº 117, de 20/10/2005, **Registro no CMAS:** nº 006/99, **CNPJ-MF** nº 00.534.234/0001-19 - **Inscrição Municipal:** nº 00.016

âmbito municipal, estadual e federal. Para tanto, é inegável dizer, que estes recursos são de extrema importância para a continuidade das ações de Proteção Social ao idoso institucionalizado, que não tem condições do autocuidado/sustento, de sobrevivência, ou que não possuem vínculos familiares para que possam ser cuidados.

A direção da ILPI Vila Feliz Antonio Sergio de Tassis é 100% voluntária, não onerando custos à Instituição, que por sua vez pode direcionar o foco financeiro para as demandas diversas que compõem a qualidade de vida dos idosos e servindo de exemplo a iniciativas sociais similares, convidando a sociedade a compreender a importância e relevância de um papel ativo e humanitário.

Ao todo, a referida ILPI conta com um espaço amplo e adequado às normativas regulamentadoras. Esse aspecto permite que a instituição seja um ambiente que permite inúmeras possibilidades de práticas e atividades para com os residentes, assim como um local para sediar eventos sem a necessidade de locação de espaços para eventos correlacionados aos idosos.

A folha de pagamento da Instituição tem um valor anual muito elevado devido à obrigatoriedade legal da manutenção de equipe ampla para o atendimento aos idosos, podendo variar o valor total nos meses em exercício. Diante disso, visa-se, por meio do repasse financeiro, realizar o pagamento das despesas líquidas da remuneração mensal de parte da equipe de referência da Instituição, respeitando a finalidade do recurso recebido. Sendo assim, serão pagos parte dos profissionais da Equipe de Referência de acordo com a Resolução CNAS nº 09 de 15 de abril de 2014, que ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em consonância com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS, conforme planilha em anexo.

A contratação de pessoa jurídica se fará necessária para a prestação de serviços das despesas fixas como água, energia, telefone, internet, gás, contador, essenciais à rotina da Instituição e por consequência a moradia dos idosos. Nossa instituição possui sede própria com aproximadamente 52.000 m² e uma área construída de 1.700 m². Com a contratação



**INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI)
VILA FELIZ “ANTONIO SERGIO DE TASSIS”**

Fundada em: 13.09.1964. **Utilidade Pública:** Municipal - Lei 448, de 30.12.1966. Estadual - Lei 7.837, de 06.08.2004. Federal - Decreto 72.453, de 11.07.1973. **Registro no CNAS:** Resolução nº 117, de 20/10/2005, **Registro no CMAS:** nº 006/99, **CNPJ-MF** nº 00.534.234/0001-19 - **Inscrição Municipal:** nº 00.016

do serviço de manutenção predial será possível auxiliar na prevenção, conservação e garantir que as edificações atendam às exigências de segurança, para não expor os usuários a nenhum risco.

Informamos ainda, a necessidade de aquisição do leite, cujo consumo diário é de 11 (onze) litros, e mensal de 330 (trezentos e trinta) litros. Sendo assim, o gênero alimentício citado será utilizado na manutenção da alimentação diária dos idosos, impactando diretamente em suas vidas, visto que a proteína citada é elemento essencial e indispensável para sua sobrevivência.

Para a manutenção do atendimento aos acolhidos e, por consequência, a melhoria da sua qualidade de vida, faz-se necessário ainda à aquisição de produtos de higienização profissional, para a lavagem de roupas e dos ambientes, garantindo o bem estar dos residentes e proporcionando ambiente limpo, digno, acolhedor e organizado.

Para a realização dos serviços cotidianos, tanto no atendimento de demandas de rotina, como as ações de integração e com a comunidade, a ILPI Vila Feliz é responsável para os por arcar com os custos da compra de combustível (gasolina e diesel) para os veículos destinados ao transporte dos idosos institucionalizados acompanhados por profissionais da equipe de referência. O transporte se faz necessário ainda, para viabilizar o traslado para consultas, exames dentro e/ou fora do município, e outros procedimentos necessários ao acolhimento como serviços administrativos, transporte dos acolhidos para a participação em atividades de socialização na comunidade, nos grupos de Convivência da Terceira Idade, em passeios culturais e festas tradicionais do município.

Diante desta necessidade, a Instituição necessita adquirir o combustível para os veículos, a fim de viabilizar a continuidade destas atividades.

Diante do exposto, vale ressaltar que a ILPI Vila Feliz tem realizado um trabalho de importância ímpar no município de Castelo no que tange ao serviço de acolhimento institucional para a pessoa idosa, da Proteção Social Especial de Alta Complexidade. E ainda, conforme preconiza a Resolução nº109, 11/11/2009, “Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais”, “os serviços de Acolhimento Institucional deve funcionar em



**INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI)
VILA FELIZ “ANTONIO SERGIO DE TASSIS”**

Fundada em: 13.09.1964. **Utilidade Pública:** Municipal - Lei 448, de 30.12.1966. Estadual - Lei 7.837, de 06.08.2004. Federal - Decreto 72.453, de 11.07.1973. **Registro no CNAS:** Resolução nº 117, de 20/10/2005, **Registro no CMAS:** nº 006/99, **CNPJ-MF** nº 00.534.234/0001-19 - **Inscrição Municipal:** nº 00.016

ambiente acolhedor e estrutura física adequada...Oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade”. Desta forma, o recurso financeiro beneficiará diretamente aos idosos residentes na ILPI Vila Feliz.

6.6 Equipe de profissionais que atuarão na execução da proposta

Nome	Formação	Função	Carga horária semanal
Águida Muniz Silva	Ensino Superior(Cursando)	Assistente Financeiro	44 horas semanais
Amanda Alledi Da Rocha	Ensino Superior	Coordenadora de Cuidadores	34 horas semanais
Ana Maria Ribeiro Dias	Ensino Fundamental	Copeira	Plantão 12x36 horas
Andreaza Augusto Alves	Ensino Médio	Cuidador de idosos	Plantão 12x36 horas
Beatriz Emiliana Da Silva	Ensino Médio	Cuidador de idosos	Plantão 12x36 horas
Bruno Zardo Marques	Ensino Médio	Motorista	Plantão 12x36 horas
Elder Lopes	Ensino Fundamental	Vigia noturno	Plantão 12x36 horas
Jéssica Pereira Caliman	Ensino Médio	Servente	Plantão 12x36 horas
Jéssica Da Costa Abreu	Ensino Superior(Cursando)	Servente	Plantão 12x36 horas
Joana Darc Vicente Lobo	Ensino Fundamental Incompleto	Servente	Plantão 12x36 horas
José Carlos Nalesso Caretta	Ensino Médio	Vigia noturno	Plantão 12x36 horas
Juliana Belizário Da Silva	Ensino Fundamental Incompleto	Cozinheira	Plantão 12x36 horas
Juliana Besse Silva Azevedo	Ensino Médio	Cuidador de idosos	Plantão 12x36 horas
Lilian Garcia Ramos	Ensino Superior Completo	Assistente Social	18 horas semanais



**INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI)
VILA FELIZ “ANTONIO SERGIO DE TASSIS”**

Fundada em: 13.09.1964. **Utilidade Pública:** Municipal - Lei 448, de 30.12.1966. Estadual - Lei 7.837, de 06.08.2004. Federal - Decreto 72.453, de 11.07.1973. **Registro no CNAS:** Resolução nº 117, de 20/10/2005, **Registro no CMAS:** nº 006/99, **CNPJ-MF** nº 00.534.234/0001-19 - **Inscrição Municipal:** nº 00.016

Luzia Ramos De Moraes	Ensino Fundamental Incompleto	Lavadeira	44 horas semanais
Lucilene Do Nascimento S. De Oliveira	Ensino Médio	Cuidador de idosos	Plantão 12x36 horas
Luzinete Teixeira Silva	Ensino Médio	Cozinheira	Plantão 12x36 horas
Maria Aparecida Monteiro Onofre	Ensino Médio	Cuidador de idosos	Plantão 12x36 horas
Maria Cecília Alves	Ensino Superior	Cuidador de Idosos	Plantão 12x36 horas
Maria José De Oliveira Silva	Ensino Fundamental Incompleto	Cuidador de idosos	Plantão 12x36 horas
Maria Paula Caretta Tessaro	Superior Completo	Supervisora Administrativa	44 horas semanais
Occasio Rodrigues F Neto	Ensino Médio	Motorista	Plantão 12x36 horas
Poliana Frandolozzo	Ensino Médio	Servente	Plantão 12x36 horas
Rosemere Souza Fia	Ensino Médio	Cuidador de idosos	Plantão 12x36 horas
Selma da Penha Gabriel	Ensino Fundamental Incompleto	Servente	Plantão 12x36 horas
Solange Aparecida da Silva	Ensino Fundamental Incompleto	Servente	Plantão 12x36 horas
Sonia Maria F. Da Silva	Ensino Médio	Cuidador de idosos	Plantão 12x36 horas
Tatiana Moschini Faé	Ensino Superior	Recreadora	40 Horas Mensais
Thais Pinto Zoboli	Ensino Superior	Psicóloga	30 horas semanais
Valeria dos Santos S. Correa	Ensino Médio	Cuidador de idosos	Plantão 12x36 horas
Vanuza Pinto Coelho	Ensino Médio	Cuidador de idosos	Plantão 12x36 horas
Wana Silva Lopes	Ensino Médio	Cuidador de idosos	Plantão 12x36 horas



**INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI)
VILA FELIZ “ANTONIO SERGIO DE TASSIS”**

Fundada em: 13.09.1964. **Utilidade Pública:** Municipal - Lei 448, de 30.12.1966. Estadual - Lei 7.837, de 06.08.2004. Federal - Decreto 72.453, de 11.07.1973. **Registro no CNAS:** Resolução nº 117, de 20/10/2005, **Registro no CMAS:** nº 006/99, **CNPJ-MF** nº 00.534.234/0001-19 - **Inscrição Municipal:** nº 00.016

6.7 Metodologia para avaliação do grau de satisfação do usuário

A equipe técnica da Instituição realiza reuniões mensais, para que com um olhar multiprofissional, possa realizar a avaliação das atividades realizadas na Instituição e dos serviços prestados aos idosos, verificando se estas estão resultando em uma melhoria da dignidade e qualidade de vida dos residentes, conforme objetivado. No que diz respeito a avaliação do público usuário, acontece por meio dos atendimentos sociais, conversas com a equipe técnica e presidência, de forma verbal e informal, em que são feitas algumas avaliações sobre graus de satisfação dos idosos, quanto a qualidade de atendimento e também as suas demandas.

6.8 Sustentabilidade da Proposta

A Instituição ILPI Vila Feliz foi criado em 13 de setembro de 1964. Nesse período vem trabalhando a captação de recursos para sua manutenção e ampliação. Os recursos para dar continuidade das ações advêm de parcerias oriundas de diversas fontes, tais como:

- Quadro de sócios;
- Doações;
- Termo de Colaboração e Fomento de acordo com a Lei 13.019/2014, com executivo Municipal, Estadual e Federal, inclusive com emendas Parlamentares;
- Aposentadoria/pensão dos residentes (em acordo com o Estatuto do Idoso Lei nº 10.741/1993, art. 35, §2º);
- Eventos/promoções comunitárias;
- Para transparência e planejamento da rede socioassistencial e sustentabilidade, serão disponibilizados no máximo 70% de sua capacidade para cada contratante, que serão preenchidas através da participação da Instituição em Chamamentos Públicos.

6.9 Período de Execução do Objeto

Período de Execução	
Início	Término
Julho/2023	Julho/2024



**INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI)
VILA FELIZ “ANTONIO SERGIO DE TASSIS”**

Fundada em: 13.09.1964. **Utilidade Pública:** Municipal - Lei 448, de 30.12.1966. Estadual - Lei 7.837, de 06.08.2004. Federal - Decreto 72.453, de 11.07.1973. **Registro no CNAS:** Resolução nº 117, de 20/10/2005, **Registro no CMAS:** nº 006/99, **CNPJ-MF** nº 00.534.234/0001-19 - **Inscrição Municipal:** nº 00.016

7- CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Meta 1: Continuidade da oferta do Serviço de Acolhimento Institucional para idosos em risco e vulnerabilidade social e violação de direitos.		Valor R\$ 0,00	
Indicador (es): <ul style="list-style-type: none"> • Número de idosos acolhidos; • Oferta diária do serviço, atividades e ações; • Inscrição regular no Conselho Municipal de Assistência Social; • Inscrição no CNEAS; • Pesquisa de grau de satisfação do usuário realizada e descrita. 			
Metodologia de execução: <ol style="list-style-type: none"> 2 Oferta contínua das atividades e dos trabalhos essenciais ao serviço de acolhimento de idosos mantendo inscrição regular no Conselho Municipal de Assistência Social, Alvará Sanitário em dia e equipe de referência suficiente ao atendimento das demandas; 3 Será realizado planejamento mensal pela equipe de referência considerando os atendimentos individuais e de grupo, incluindo as ações socioeducativas/atividades de fortalecimento de vínculos, e as ações integradas com a rede socioassistencial; 4 Realização de pesquisa de satisfação conforme exposto no tópico 6.7 deste Plano de trabalho; 5 Elaboração de Relatório de Execução de Atividades, constando registro fotográfico das atividades, com a finalidade de apresentação durante o monitoramento e prestação de contas final, por solicitação da SETADES. 			
Etapas/atividades	Valor	Período de Execução	
		Início	Término
<ul style="list-style-type: none"> • Oferta contínua das atividades e dos trabalhos essenciais ao serviço de acolhimento dos idosos. • Planejamento Mensal do serviço de Acolhimento • Realização de pesquisa de satisfação dos usuários • Elaboração de Relatório de Atividades, Ações e Atendimento dos Serviço de Acolhimento Institucional no âmbito da Assistência Social. 	R\$ 0,00	Julho/2023	Julho/2024



**INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI)
VILA FELIZ “ANTONIO SERGIO DE TASSIS”**

Fundada em: 13.09.1964. **Utilidade Pública:** Municipal - Lei 448, de 30.12.1966. Estadual - Lei 7.837, de 06.08.2004. Federal - Decreto 72.453, de 11.07.1973. **Registro no CNAS:** Resolução nº 117, de 20/10/2005, **Registro no CMAS:** nº 006/99, CNPJ-MF nº 00.534.234/0001-19 - **Inscrição Municipal:** nº 00.016

	Valor R\$ 293.265,83
<p>Meta 2: Pagamento de parte da Equipe de Referência que atuará no atendimento aos idosos, conforme descrito no item 8.1.4, do Plano de Trabalho, objetivando melhor atender aos idosos.</p> <p>Meios de verificação:</p> <ul style="list-style-type: none">• Visita em loco pelo gestor da parceria;• Profissionais contratados e em pleno exercício na função;• Nº de pagamentos mensais efetuados.• Comprovantes bancários;• Apresentação de relatório físico financeiro;• Relatório de cumprimento do objeto pactuado.	
<p>Metodologia de execução:</p> <p>Manutenção do quadro de funcionários da entidade para atendimento durante 24horas.</p> <p>Atribuições do Supervisor Administrativo nível 2 :Descrição detalhada: Supervisionar todos os setores e trabalhos da instituição, participar da elaboração dos projetos, plano de trabalho e planejamento de ações, realizar capacitação da equipe, orientação, coordenação, acompanhamento e supervisão diária das equipes. Fazer o controle de todo o estoque, planejamento de compras, negociar com fornecedores. Coordenar o setor de higienização. Auxiliar na alimentação assistida, em razão da formação em Nutrição.</p> <p>Atribuições da Coordenação de Cuidadores: Organização, planejamento, coordenação, execução e avaliação das atividades dos cuidadores dirigidas aos idosos que residem na instituição; acompanhamento do quadro geral do idoso, responsável técnica perante vigilância sanitária; controle de insumos, materiais para uso dos residentes, responsável pela parte de saúde dos idosos.</p> <p>Atribuição do Psicólogo: Acompanhar o andamento do tratamento dos residentes, encaminhar os residentes para os profissionais necessários, atender as demandas e as solicitações dos residentes, e oferecer alternativas e técnicas de ajuda.</p>	



**INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI)
VILA FELIZ “ANTONIO SERGIO DE TASSIS”**

Fundada em: 13.09.1964. **Utilidade Pública:** Municipal - Lei 448, de 30.12.1966. Estadual - Lei 7.837, de 06.08.2004. Federal - Decreto 72.453, de 11.07.1973. **Registro no CNAS:** Resolução nº 117, de 20/10/2005, **Registro no CMAS:** nº 006/99, **CNPJ-MF** nº 00.534.234/0001-19 - **Inscrição Municipal:** nº 00.016

Atribuições do Assistente Social: Agendar visitas de famílias e instituições em geral ao asilo/residentes. Avaliar de maneira global os aspectos sociais/patológicos dos residentes, realizar acompanhamento aos residentes para detectar suas necessidades sociais, realizar planejamento de projetos sociais para captação de recursos governamentais.

Atribuições da Recreadora (profissional de atividades socioculturais): Promover atividades recreativas, brincadeiras, jogos lúcidos, contar histórias, musicoterapia, pôr em prática à vida prática e diária dos idosos, estimulação cognitiva, dinâmicas em grupos (interação com outros residentes).

Atribuições do Assistente Financeiro: Atendimento telefônico e presencial; organização de arquivos; lançamento de despesas da Instituição no sistema Monnae; auxílio nas prestações de contas; responsável pela parte financeira da Instituição, responsável em informar dados de Recursos Humanos para a contabilidade, e de receber doações.

Atribuições do Cuidador de Idosos: Dar banho diariamente nos residentes, administração de dietas, auxiliar nas refeições, administrar medicamentos via oral, realizar curativos simples, acompanhar o residente no dia a dia, e nas consultas. Realizar serviços de higiene pessoal nos residentes, corte e pintura de cabelo, barba, troca de fraldas.

Atribuições da Servente: Higienizar banheiros, quartos, coletar lixo, desinfecção da área de armazenamento de lixo contaminante, limpeza de tetos e paredes e higienização de cadeiras de rodas.

Atribuições da Copeira: Preparar alimentos, servir as refeições, higienizar os equipamentos Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN), higienizar os utensílios, bancadas e mesas de frutas e hortaliças.

Atribuições da Cozinheira: Preparar as refeições, pratos e dietas específicas, participar da higienização e organização Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN), higienização de forno e fogão.

Atribuições do Motorista: Transportar os residentes, deslocar funcionários na troca de plantão, recolher doações, entregar documentos, higienizar veículos, fazer trabalhos demanda externa.

Atribuições do Vigia: Deslocar funcionários na troca de plantão, vistoriar espaço externo no horário noturno, monitorar lâmpadas, transportar residentes se necessário.



**INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI)
VILA FELIZ “ANTONIO SERGIO DE TASSIS”**

Fundada em: 13.09.1964. **Utilidade Pública:** Municipal - Lei 448, de 30.12.1966. Estadual - Lei 7.837, de 06.08.2004. Federal - Decreto 72.453, de 11.07.1973. **Registro no CNAS:** Resolução nº 117, de 20/10/2005, **Registro no CMAS:** nº 006/99, **CNPJ-MF** nº 00.534.234/0001-19 - **Inscrição Municipal:** nº 00.016

Atribuição da Lavadeira: Executa a lavagem de roupas, separando-as de acordo com o tipo de material e grau de sujeira. Pesando, regulando e operando máquinas lavadoras, secadoras e centrífuga. Efetua a revisão de roupas lavadas, verificando manchas e qualidade da lavagem, organização das roupas limpas em guarda roupas.

O pagamento dos salários e encargos será por folha de pagamento elaborada pela contabilidade, e efetuado através de transferência eletrônica, mensalmente sempre até o 5º dia útil do mês.

Conforme solicitação será prestada informações quanto ao cumprimento da meta 02, durante o período de monitoramento e no final da parceria.

Etapas/atividades	Valor	Período de Execução	
		Início	Término
5.1 Manutenção do quadro de funcionários da entidade; 5.2 Execução das atribuições pela equipe de profissionais mantida 5.3 Pagamento mensal da equipe mantida 5.4 Elaboração de Relatório de execução da meta de despesa 02	R\$ 293.265,83	Julho/2023	Julho/2024

Meta 3: Aquisição de gênero alimentício (Leite) para a manutenção da quantidade de proteína diária aos 29 idosos residentes na ILPI Vila Feliz.	Valor R\$ 2.530,00
Indicador (es):	
<ul style="list-style-type: none"> • Nota Fiscal produto; • Foto; 	
Metodologia de execução:	
<ul style="list-style-type: none"> ○ Os produtos serão adquiridos via transferência eletrônica ou pagamento eletrônico conforme plano de trabalho e preço médio 	



**INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI)
VILA FELIZ “ANTONIO SERGIO DE TASSIS”**

Fundada em: 13.09.1964. **Utilidade Pública:** Municipal - Lei 448, de 30.12.1966. Estadual - Lei 7.837, de 06.08.2004. Federal - Decreto 72.453, de 11.07.1973. **Registro no CNAS:** Resolução nº 117, de 20/10/2005, **Registro no CMAS:** nº 006/99, CNPJ-MF nº 00.534.234/0001-19 - **Inscrição Municipal:** nº 00.016

informado e armazenados em local apropriado, conforme as normas de segurança alimentar e nutricional.

- Armazenamento dos alimentos em local apropriado, conforme as normas de segurança alimentar e nutricional.

Etapas/atividades	Valor	Período de Execução	
		Início	Término
3.1 Aquisição de material de consumo - gênero alimentício (Leite) complementar ao cardápio nutricional; 3.2 Armazenamento dos alimentos	R\$ 2.530,00	Julho/2023	Julho/2024

Meta 4: Aquisição de material de limpeza e lavanderia para manutenção de trabalhos essenciais ao serviço de acolhimento para idosos.	Valor R\$ 3.922,85
---	-------------------------------

Indicador (es):
<ul style="list-style-type: none"> • Notas fiscais • Fotos

Metodologia de execução:
Os produtos serão adquiridos conforme plano de trabalho e preço médio informado. Após a aquisição serão disponibilizados para uso dos profissionais. Os pagamentos serão efetivados via transferência eletrônica ou pagamento eletrônico.

Etapas/atividades	Valor	Período de Execução	
		Início	Término
4.1 Aquisição do produtos de limpeza; 4.2 Disponibilização dos produtos para uso dos profissionais e usuários/idosos.	R\$ 3.922,85	Julho/2023	Julho/2024



**INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI)
VILA FELIZ “ANTONIO SERGIO DE TASSIS”**

Fundada em: 13.09.1964. **Utilidade Pública:** Municipal - Lei 448, de 30.12.1966. Estadual - Lei 7.837, de 06.08.2004. Federal - Decreto 72.453, de 11.07.1973. **Registro no CNAS:** Resolução nº 117, de 20/10/2005, **Registro no CMAS:** nº 006/99, **CNPJ-MF** nº 00.534.234/0001-19 - **Inscrição Municipal:** nº 00.016

Meta 5: Subsidiar custeios de despesas fixas - serviços de terceiros pessoa jurídica tais como: água, energia, telefonia- fixa e móvel, internet, gás GLP e serviços contábeis por visando a continuidade do atendimento do Serviço de Acolhimento. Conforme descrito no item 8.1.3.		Valor R\$ 8.721,84	
Indicador (es):			
<ul style="list-style-type: none"> • Notas fiscais de despesas de serviços; • Comprovante de Pagamento. 			
Metodologia de execução:			
<ul style="list-style-type: none"> ○ Pagamento das despesas fixas de acordo com o consumo mensal através de notas fiscais emitidas pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviço. ○ Mensalmente reunir comprovantes de pagamentos para elaboração de relatórios durante o período de monitoramento e prestação de contas da parceria. 			
Etapas/atividades	Valor	Período de Execução	
		Início	Término
5.1 Pagamento mensal dos serviços contratados; 5.2 Organizar documentação comprobatória, para facilitar o processo de prestação de contas parcial e final.	R\$ 8.721,84	Julho/2023	Julho/2024

Meta 6: Aquisição de combustível, para os veículos de acordo com a demanda de deslocamento dos usuários e equipe do Serviço de Acolhimento Institucional.		Valor R\$ 1.198,60	
Indicador (es):			
<ul style="list-style-type: none"> • Notas fiscais das despesas de combustível • Comprovante de Pagamento 			



**INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI)
VILA FELIZ “ANTONIO SERGIO DE TASSIS”**

Fundada em: 13.09.1964. **Utilidade Pública:** Municipal - Lei 448, de 30.12.1966. Estadual - Lei 7.837, de 06.08.2004. Federal - Decreto 72.453, de 11.07.1973. **Registro no CNAS:** Resolução nº 117, de 20/10/2005, **Registro no CMAS:** nº 006/99, **CNPJ-MF** nº 00.534.234/0001-19 - **Inscrição Municipal:** nº 00.016

Metodologia de execução:

- O pagamento será feito via transferência bancária a partir da emissão da nota fiscal pelo fornecedor conforme consumo mensal.
- O motorista do Serviço de Acolhimento preencherá planilha de deslocamento identificando dia do mês, horário e local de partida, horário e local de chegada e a natureza da atividade em cumprimento.

Etapas/atividades	Valor	Período de Execução	
		Início	Término
6.2 Transporte/deslocamento dos usuários e equipe do serviço de acolhimento; 6.3 Pagamento das notas fiscais de combustível após o abastecimento dos veículos de propriedade da instituição.	R\$ 1.198,60	Julho/2023	Julho/2024

Meta 7: Pagamento de serviços de manutenção predial (manutenção hidráulica, pintura em geral e conservação do pátio), manutenção de equipamentos, serviços de jardinagem e de limpeza da instituição.	Valor R\$ 5.364,00
--	-------------------------------

Indicador (es):

- Notas fiscais das despesas dos serviços
- Comprovante de pagamento.

Metodologia de execução:

- Será contratado Serviço de Terceiro Pessoa Jurídica de acordo com a necessidade da manutenção.
- O pagamento será feito via transferência bancária a partir da emissão de nota fiscal pelo fornecedor, após a execução do serviço.

Etapas/atividades	Valor	Período de Execução	
		Início	Término



**INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI)
VILA FELIZ “ANTONIO SERGIO DE TASSIS”**

Fundada em: 13.09.1964. **Utilidade Pública:** Municipal - Lei 448, de 30.12.1966. Estadual - Lei 7.837, de 06.08.2004. Federal - Decreto 72.453, de 11.07.1973. **Registro no CNAS:** Resolução nº 117, de 20/10/2005, **Registro no CMAS:** nº 006/99, **CNPJ-MF** nº 00.534.234/0001-19 - **Inscrição Municipal:** nº 00.016

7.1 Levantamento das necessidades de manutenção predial, manutenção de equipamentos, serviços de jardinagem e de limpeza da instituição. 7.2 Pagamento das notas fiscais dos serviços prestados.	R\$ 5.364,00	Julho/2023	Julho/2024
---	---------------------	------------	------------



**INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI)
VILA FELIZ “ANTONIO SERGIO DE TASSIS”**

Fundada em: 13.09.1964. **Utilidade Pública:** Municipal - Lei 448, de 30.12.1966. Estadual - Lei 7.837, de 06.08.2004. Federal - Decreto 72.453, de 11.07.1973. **Registro no CNAS:** Resolução nº 117, de 20/10/2005, **Registro no CMAS:** nº 006/99, **CNPJ-MF** nº 00.534.234/0001-19 - **Inscrição Municipal:** nº 00.016

8 – PLANO DE APLICAÇÃO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	CONCEDENTE	PROPONENTE (Contrapartida)	TOTAL
3.3.50.43	Material de consumo	R\$ 7.651,45	--	R\$ 7.651,45
	Serviços de terceiros – pessoa física	--	--	--
	Serviços de terceiros – pessoa jurídica	R\$14.085,84	--	R\$14.085,84
	Equipe encarregada pela execução	R\$ 293.262,71	R\$ 3,12	R\$ 293.265,83
4.4.50.42	Equipamentos emateriais permanentes	--	--	--
TOTAL				R\$315.003,12

8.1 Detalhamento das despesas

8.1.1. Material de consumo (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Detergente – 20 litros	GALÃO	01	R\$ 773,17	R\$ 773,17
Ativador – 20 litros	GALÃO	01	R\$ 678,35	R\$ 678,35
Alvejante Clorado – 20 litros	GALÃO	01	R\$ 490,13	R\$ 490,13
Neutralizador – 20 litros	GALÃO	01	R\$ 481,70	R\$ 481,70
Amaciante – 20 litros	GALÃO	01	R\$ 521,97	R\$ 521,97
Mirax Oxy – 5 litros	GALÃO	01	R\$ 173,30	R\$ 173,30
Desinfetante Floral – 5 litros	GALÃO	01	R\$ 186,30	R\$ 186,30
Detergente Clorado – 5 litros	GALÃO	01	R\$ 125,93	R\$ 125,93
Leite UHT Integral – 1 litro	CX	500	R\$ 5,06	R\$ 2.530,00
Álcool Líquido 70%	LT	60	R\$ 8,20	R\$ 492,00
Combustível Gasolina	LT	100	R\$ 5,98	R\$ 598,00
Combustível Diesel	LT	105	R\$ 5,72	R\$ 600,60
Subtotal				R\$ 7.651,45

8.1.2 Serviços de terceiros – pessoa física (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Subtotal				



**INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI)
VILA FELIZ “ANTONIO SERGIO DE TASSIS”**

Fundada em: 13.09.1964. **Utilidade Pública:** Municipal - Lei 448, de 30.12.1966. Estadual - Lei 7.837, de 06.08.2004. Federal - Decreto 72.453, de 11.07.1973. **Registro no CNAS:** Resolução nº 117, de 20/10/2005, **Registro no CMAS:** nº 006/99, **CNPJ-MF** nº 00.534.234/0001-19 - **Inscrição Municipal:** nº 00.016

8.1.3 Serviços de terceiros – pessoa jurídica (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Gás GLP	Mês	01	R\$ 2.167,77	R\$ 2.167,77
Energia	Mês	01	R\$ 2.172,26	R\$ 2.172,26
Água	Mês	01	R\$ 2.495,39	R\$ 2.495,39
Internet	Mês	02	R\$ 140,00	R\$ 280,00
Conta telefone celular	Mês	02	R\$ 92,31	R\$ 184,62
Conta telefone fixo	Mês	02	R\$ 59,90	R\$ 119,80
Serviços Contábeis	Mês	01	R\$ 1.302,00	R\$1.302,00
Serviço de Manutenção Predial	Horas	300	R\$ 17,88	R\$ 5.364,00
Subtotal				R\$14.085,84

8.1.4 Equipe encarregada pela execução (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Supervisora Administrativa 01 220hs/mensal Regime: CLT Salário/Encargos	Mês	04	R\$ 5.318,25	R\$ 21.273,00
Assistente Financeiro 01 220hs/mensal Regime: CLT Salário/Encargos	Mês	04	R\$ 2.915,21	R\$ 11.660,84
Coordenadora de Cuidadores 01 170hs/mensal Regime: CLT Salário/Encargos	Mês	04	R\$ 3.918,12	R\$ 15.672,48
Psicóloga 01 150hs/mensal Regime: CLT Salário/Encargos	Mês	04	R\$ 2.973,50	R\$ 11.894,00
Assistente Social 01 90hs/mensal Regime: CLT Salário/Encargos	Mês	04	R\$ 1.943,47	R\$ 7.773,88
Recreadora 01 40hs/mensal Regime: CLT Salário/Encargos	Mês	04	R\$ 792,92	R\$ 3.171,68
Copeira 01 180hs/ mensal Regime: CLT Salário/Encargos	Mês	04	R\$ 1.924,07	R\$ 7.696,28
Servente 01 180hs/mensal Regime: CLT Salário/Encargos	Mês	04	R\$ 1.774,96	R\$ 7.099,84
Servente 02 180hs/mensal Regime: CLT Salário/Encargos	Mês	04	R\$ 1.774,96	R\$ 7.099,84



**INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI)
VILA FELIZ “ANTONIO SERGIO DE TASSIS”**

Fundada em: 13.09.1964. **Utilidade Pública:** Municipal - Lei 448, de 30.12.1966. Estadual - Lei 7.837, de 06.08.2004. Federal - Decreto 72.453, de 11.07.1973. **Registro no CNAS:** Resolução nº 117, de 20/10/2005, **Registro no CMAS:** nº 006/99, **CNPJ-MF** nº 00.534.234/0001-19 - **Inscrição Municipal:** nº 00.016

Servente 03 180hs/mensalRegime: CLT Salário/Encargos	Mês	04	R\$ 1.834,60	R\$ 7.338,40
Servente 04 180hs/mensalRegime: CLT Salário/Encargos	Mês	04	R\$ 1.804,78	R\$ 7.219,12
Servente 05 180hs/mensalRegime: CLT Salário/Encargos	Mês	04	R\$ 1.804,78	R\$ 7.219,12
Servente 06 180hs/mensalRegime: CLT Salário/Encargos	Mês	04	R\$ 1.774,96	R\$ 7.099,84
Lavadeira 01 220hs/mensal Regime: CLT Salário/Encargos	Mês	04	R\$ 1.849,51	R\$ 7.398,04
Cozinheira 01 180hs/mensalRegime: CLT Salário/Encargos	Mês	04	R\$ 1.804,78	R\$ 7.219,12
Cozinheira 02 180hs/mensalRegime: CLT Salário/Encargos	Mês	04	R\$ 1.834,60	R\$ 7.338,40
Vigia Noturno 01 180hs/mensalRegime: CLT Salário/Encargos	Mês	04	R\$ 2.898,96	R\$ 11.595,84
Vigia Noturno 02 180hs/mensalRegime: CLT Salário/Encargos	Mês	04	R\$ 2.941,54	R\$ 11.766,16
Motorista Entregador 01 180hs/mensalRegime: CLT Salário/Encargos	Mês	04	R\$ 1.860,19	R\$ 7.440,76
Motorista Entregador 02 180hs/mensalRegime: CLT Salário/Encargos	Mês	04	R\$ 1.789,99	R\$ 7.159,96
Cuidador de Idosos 01 180hs/mensalRegime: CLT Salário/Encargos	Mês	04	R\$ 2.859,30	R\$ 11.437,20
Cuidador de Idosos 02 180hs/mensalRegime: CLT Salário/Encargos	Mês	04	R\$ 1.834,59	R\$ 7.338,36



**INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI)
VILA FELIZ “ANTONIO SERGIO DE TASSIS”**

Fundada em: 13.09.1964. **Utilidade Pública:** Municipal - Lei 448, de 30.12.1966. Estadual - Lei 7.837, de 06.08.2004. Federal - Decreto 72.453, de 11.07.1973. **Registro no CNAS:** Resolução nº 117, de 20/10/2005, **Registro no CMAS:** nº 006/99, **CNPJ-MF** nº 00.534.234/0001-19 - **Inscrição Municipal:** nº 00.016

Cuidador de Idosos 03 180hs/mensalRegime: CLT Salário/Encargos	Mês	05	R\$ 1.774,96	R\$ 8.874,80
Cuidador de Idosos 04 180hs/mensalRegime: CLT Salário/Encargos	Mês	05	R\$ 1.819,68	R\$ 9.098,40
Cuidador de Idosos 05 180hs/mensalRegime: CLT Salário/Encargos	Mês	05	R\$ 1.894,25	R\$ 9.471,25
Cuidador de Idosos 06 180hs/mensalRegime: CLT Salário/Encargos	Mês	04	R\$ 1.924,07	R\$ 7.696,28
Cuidador de Idosos 07 180hs/mensalRegime: CLT Salário/Encargos	Mês	04	R\$ 1.894,24	R\$ 7.576,96
Cuidador de Idosos 08 180hs/mensalRegime: CLT Salário/Encargos	Mês	04	R\$ 1.834,59	R\$ 7.338,36
Cuidador de Idosos 09 180hs/mensalRegime: CLT Salário/Encargos	Mês	04	R\$ 2.778,75	R\$ 11.115,00
Cuidador de Idosos 10 180hs/mensalRegime: CLT Salário/Encargos	Mês	05	R\$ 1.804,78	R\$ 9.023,90
Cuidador de Idosos 11 180hs/mensal Regime: CLT Salário/Encargos	Mês	04	R\$ 2.769,84	R\$ 11.079,36
Cuidador de Idosos 12 180hs/mensal Regime: CLT Salário/Encargos	Mês	04	R\$ 2.769,84	R\$ 11.079,36
Subtotal				R\$ 293.265,83

8.1.5 Equipamentos e materiais permanentes (4.4.50.42)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Subtotal				

TOTAL GERAL (8.1.1 + 8.1.2 + 8.1.3 + 8.1.4 + 8.1.5)	R\$ 315.003,12
--	-----------------------



**INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI)
VILA FELIZ “ANTONIO SERGIO DE TASSIS”**

Fundada em: 13.09.1964. **Utilidade Pública:** Municipal - Lei 448, de 30.12.1966. Estadual - Lei 7.837, de 06.08.2004. Federal - Decreto 72.453, de 11.07.1973. **Registro no CNAS:** Resolução nº 117, de 20/10/2005, **Registro no CMAS:** nº 006/99, **CNPJ-MF** nº 00.534.234/0001-19 - **Inscrição Municipal:** nº 00.016

9. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)

REPASSE(S) DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA					
JULHO/2023	AGOSTO/2023	SETEMBRO/2023	OUTUBRO/2023	NOVEMBRO/2023	DEZEMBRO/2023
R\$ 315.000,00					
JANEIRO/2024	FEVEREIRO/2024	MARÇO/2024	ABRIL/2024	MAIO/2024	JUNHO/2024

APORTE(S) DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL					
JULHO/2023	AGOSTO/2023	SETEMBRO/2023	OUTUBRO/2023	NOVEMBRO/2023	DEZEMBRO/2023
R\$ 3,12					
JANEIRO/2024	FEVEREIRO/2024	MARÇO/2024	ABRIL/2024	MAIO/2024	JUNHO/2024

10. DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Na qualidade de representante legal da Organização da Sociedade Civil (OSC) proponente, declaro, para fins de prova junto a Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES), para os efeitos e sob as penas da Lei, que:

- A OSC garante a gratuidade e a universalidade em todos os seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme artigo 6º, III, da Resolução nº 14, de 15 de maio de 2014, do Conselho Nacional de Assistência Social;
- A OSC não se enquadra em nenhuma das condições de impedimento dispostas no artigo 39 da Lei nº 13.019/2014;
- Se o termo de fomento tiver como um de seus objetos a compra de veículo, a OSC será responsável pelo custeio de seguro do respectivo bem;
- Todos os preços propostos para aquisição de bens e/ou serviços apresentados por essa OSC foram apurados por meio de orçamentos atualizados, junto a fornecedores regulares e estão compatíveis com os preços médios praticados no mercado regional;
- Quando for proposta contrapartida, a OSC garante que os respectivos recursos, bens ou serviços indispensáveis a esta contrapartida estarão devidamente assegurados.

Nos termos em que pede e espera deferimento.

Assinatura do Representante Legal

Marco Aurélio Ramiro



**INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI)
VILA FELIZ “ANTONIO SERGIO DE TASSIS”**

Fundada em: 13.09.1964. **Utilidade Pública:** Municipal - Lei 448, de 30.12.1966. Estadual - Lei 7.837, de 06.08.2004. Federal - Decreto 72.453, de 11.07.1973. **Registro no CNAS:** Resolução nº 117, de 20/10/2005, **Registro no CMAS:** nº 006/99, **CNPJ-MF** nº 00.534.234/0001-19 - **Inscrição Municipal:** nº 00.016

11. APROVAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

APROVA-SE O PLANO DE TRABALHO, O QUAL DEVE SER ANEXADO AO TERMO DE FOMENTO ASSINADO.

Vitória (ES) Em de de .

Assinatura do Representante Legal/Carimbo

ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

MARCO AURÉLIO RAMIRO
CIDADÃO

assinado em 21/07/2023 09:40:31 -03:00

CYNTIA FIGUEIRA GRILLO
SECRETARIO DE ESTADO
SETADES - SETADES - GOVES

assinado em 21/07/2023 10:02:41 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 21/07/2023 10:02:42 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por THIAGO MENDES DOS SANTOS (GERENTE QCE-03 - GGCONV - SETADES - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2023-W381WV>

Justificativa de Dispensa de Chamamento Público para Celebração do Termo de Fomento Nº SETADES/037/2023

Processo nº.: 2023- L5TH6

Partes: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Castelo.

Objeto: Cooperação Técnica e Financeira para manutenção do Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade para Pessoas com Deficiência e suas Famílias, por meio do custeio de profissionais da Equipe de Referência e de Apoio, visando a manutenção da oferta de atendimento qualificado aos usuários atendidos pela OSC.

Valor: R\$ 64.859,79 (sessenta e quatro mil oitocentos e cinquenta e nove reais e setenta e nove centavos) de repasse da Administração Pública, proveniente das Emendas Parlamentares nº. 023 e 0110, LOA 2023.

Fundamento Legal: Artigo 29, Lei 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015

Justificativa: Trata-se de recursos decorrentes de emenda parlamentar à Lei Orçamentária Anual - LOA.

Vitória, 20 de julho de 2023.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 1131954

Resumo do Termo de Fomento SETADES/041/2023

Processo nº.: 2023-G4V77

Registro SIGEFES: 230173

Administração Pública: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

Organização da Sociedade Civil: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Santa Maria de Jetibá

Objeto: Cooperação técnica e financeira para manutenção das ações e atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV), ofertado pela APAE de Santa Maria de Jetibá aos usuários com deficiência intelectual e múltipla, por meio da execução de despesas de custeio, destinados à melhoria e qualidade do atendimento prestado aos usuários.

Valor: R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) de repasse da Administração Pública, proveniente das Emendas Parlamentares nº. 0271 e 0275, LOA 2023 e R\$ 28,74 (vinte e oito reais e setenta e quatro centavos) de recursos próprios da OSC.

Vigência: a partir do primeiro dia subsequente ao da publicação até 31/08/2024.

Dotação Orçamentária: 20.47.901.08.244. 0191.2239

Elemento de Despesa: 3.3.50.43

Fonte: 500

Gestor Titular: Servidora Veruska Fávaro Brandão - matrícula nº 2828332.

Gestor Suplente: Servidora Aline Suelen Damásio Pereira - matrícula nº 3737080.

Vitória, 21 de julho de 2023.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 1131957

Justificativa de Dispensa de Chamamento Público para Celebração do Termo de Fomento Nº SETADES/041/2023

Processo nº.: 2023-G4V77

Partes: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Maria de Jetibá.

Objeto: Cooperação técnica e financeira para manutenção das ações e atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV), ofertado pela APAE de Santa Maria de Jetibá aos usuários com deficiência intelectual e múltipla, por meio da execução de despesas de custeio, destinados à melhoria e qualidade do atendimento prestado aos usuários.

Valor: R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) de repasse da Administração Pública, proveniente das Emendas Parlamentares nº. 0271 e 0275, LOA 2023 e R\$ 28,74 (vinte e oito reais e setenta e quatro centavos) de recursos próprios da OSC.

Fundamento Legal: Artigo 29, Lei 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015

Justificativa: Trata-se de recursos decorrentes de emenda parlamentar à Lei Orçamentária Anual - LOA.

Vitória, 21 de julho de 2023.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 1131967

Resumo do Termo de Fomento SETADES/045/2023

Processo nº.: 2023-CWPH4

Registro SIGEFES: 230181

Administração Pública: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

Organização da Sociedade Civil: Instituição de Longa Permanência para Idosos Vila Feliz Antônio Sergio de Tassis - Vila Feliz Antônio Sergio de Tassis.

Objeto: Cooperação Técnica e Financeira para a manutenção e melhoria da oferta do Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos, através do custeio de materiais de consumo, serviços de terceiros - pessoa jurídica e pagamento de equipe encarregada.

Valor: R\$315.000,00 (trezentos e quinze mil reais), de repasse da Administração Pública, proveniente das Emendas Parlamentares nº. 022, 0108, 0167, 0230, 0336, 0574, 0584, LOA 2023 e R\$3,12 (três reais e doze centavos) de recursos próprios da OSC.

Vigência: a partir do primeiro dia subsequente ao da publicação até 31/07/2024.

Dotação Orçamentária: 47.901.08.244. 0191.2239

Elemento de Despesa: 3.3.50.43 **Fonte:** 500

Gestor Titular: Servidora Fabíola Will Duarte Wolfgram - matrícula nº 4823192.

Gestor Suplente: Servidora Fabiana Nascimento Silva de Araújo - matrícula nº 4069048.

Vitória, 21 de julho de 2023.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 1131981

Justificativa de Dispensa de Chamamento Público para Celebração do Termo de Fomento Nº SETADES/045/2023

Processo nº.: 2023-CWPH4

Partes: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social e a Instituição de Longa Permanência para Idosos Vila Feliz Antônio Sergio de Tassis - Vila Feliz Antônio Sergio de Tassis.

Objeto: Cooperação Técnica e Financeira para a manutenção e melhoria da oferta do Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos, através do custeio de materiais de consumo, serviços de terceiros - pessoa jurídica e pagamento de equipe encarregada.

Valor: R\$315.000,00 (trezentos e quinze mil reais), de repasse da Administração Pública, proveniente das Emendas Parlamentares nº. 022, 0108, 0167, 0230, 0336, 0574, 0584, LOA 2023 e R\$3,12 (três reais e doze centavos) de recursos próprios da OSC.

Fundamento Legal: Artigo 29, Lei 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015

Justificativa: Trata-se de recursos decorrentes de emenda parlamentar à Lei Orçamentária Anual - LOA.

Vitória, 21 de julho de 2023.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 1131982

Resumo do Termo de Fomento SETADES/050/2023

Processo nº.: 2023-258SP

Registro SIGEFES: 230182

Administração Pública: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

Organização da Sociedade Civil: Associação Diacônica Luterana.

Objeto: Cooperação Técnica e Financeira para a continuidade e melhoria do atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 06 a 17 anos, cujas despesas a serem pactuadas é de investimento e custeio, visando a continuidade melhoria do atendimento ofertado aos usuários.

Valor: R\$ 99.999,40 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos) de repasse da Administração Pública, proveniente das Emendas Parlamentares nº. 0268 e nº 0270, LOA 2023, e R\$ 1.385,40 (um mil, trezentos e oitenta e cinco reais e quarenta centavos), de recursos próprios da OSC.

Vigência: a partir do primeiro dia subsequente ao da publicação até 30/09/2024.

Dotação Orçamentária: 20.47.901.08.244. 0191. 2239

Elemento de Despesa:

3.3.50.43 e 4.4.50.42

Fonte: 500

Gestor Titular: Servidora Juliana Zannella Gorian - matrícula nº 3294641.

Gestor Suplente: Servidora Carliza Pereira Pinto - matrícula nº 3371387.

Vitória, 21 de julho de 2023.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 1132384

Justificativa de Dispensa de Chamamento Público para Celebração do Termo de Fomento Nº SETADES/050/2023

Processo nº.: 2023-258SP

Partes: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social e a Associação Diacônica Luterana.

Objeto: Cooperação Técnica e Financeira para a continuidade e melhoria do atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 06 a 17 anos, cujas despesas a serem pactuadas é de investimento e custeio, visando a continuidade melhoria do atendimento ofertado aos usuários.

Valor: R\$ 99.999,40 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos) de repasse da Administração Pública, proveniente das Emendas Parlamentares nº. 0268 e nº 0270, LOA 2023, e R\$ 1.385,40 (um mil, trezentos e oitenta e cinco reais e quarenta centavos), de recursos próprios da OSC.

Fundamento Legal: Artigo 29, Lei 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015

Justificativa: Trata-se de recursos decorrentes de emenda parlamentar à Lei Orçamentária Anual - LOA.

Vitória, 21 de julho de 2023.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 1132391

Secretaria de Estado da Cultura - SECULT -

Aviso de Depósito de Patrocínio - Lei de Incentivo à Cultura Capixaba - LICC

A SECULT torna público para amplo conhecimento o **Depósito de Recursos Financeiros pelo Contribuinte Patrocinador abaixo indicado:**

1) **Patrocinador:** EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A

CNPJ: 28.152.650/0001-71

IE: 080.250.16-5

Valor do crédito presumido: R\$ 226.250,00

Beneficiário: Daniel Gonçalves Morelo ME

Projeto contemplado: Formemus 2023

Vitória, 20 de julho de 2023

Maria Thereza Bosi de Magalhães

Subsecretaria de Fomento e Incentivo Cultural

Protocolo 1132262

ATO DE CONVOCAÇÃO Edital 08/2022 - Cultura Digital

A Secretaria de Estado da Cultura torna público o **Ato de Convocação de Proponentes** do Edital em epígrafe, conforme processo nº 2022-58G1S. A íntegra do ato está disponível no site da Secult.

Vitória, 21 de julho de 2023.

Maria Thereza Bosi de Magalhães

Subsecretária de Estado de Fomento e Incentivo à Cultura

Protocolo 1132502



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 24/07/2023 09:44:16 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por THIAGO MENDES DOS SANTOS (GERENTE QCE-03 - GGCONV - SETADES - GOVES)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2023-LBDZ73>